Impacto da mobilidade parental na saúde mental e continuidade dos cuidados de saúde das crianças

Impacto de la movilidad parental en la salud de los niños

Impact of parental mobility on children's health

Ariane dos Santos Barreto da Silva[1]
Mestranda, PPG em Direito da Saúde, Universidade Santa Cecília, Santos, SP
https://orcid.org/0009-0004-0156-9132

Drielly Freitas de Melo[2]
Mestranda, PPG em Direito da Saúde, Universidade Santa Cecília, Santos, SP
https://orcid.org/0009-0001-0584-3360

Patricia Gorisch[3]
Doutora, PPG em Direito da Saúde, Universidade Santa Cecília, Santos, SP
https://orcid.org/0000-0003-0543-9840

Resumo: Introdução: A mobilidade parental, caracterizada pela alternância frequente da residência das crianças entre os lares dos pais separados, tem gerado preocupações quanto aos seus efeitos na saúde física e mental das crianças. Estudos anteriores indicam que a instabilidade gerada por constantes mudanças de residência pode prejudicar o desenvolvimento infantil, interferindo na adesão a tratamentos médicos e no bem-estar emocional. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo principal avaliar o impacto da alta mobilidade parental na saúde mental e física das crianças. Busca-se analisar de que maneira a frequência das mudanças de residência influencia a continuidade dos cuidados de saúde e a estabilidade emocional das crianças, além de propor diretrizes para minimizar possíveis efeitos negativos. **Metodologia:** Foi adotada uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos. O estudo incluiu a análise de registros médicos de crianças sujeitas a planos de parentalidade com alta mobilidade, além de entrevistas estruturadas com pais e filhos. Foram utilizados questionários para medir níveis de estresse, ansiedade e adesão a tratamentos médicos. A amostra envolveu 50 famílias, divididas entre grupos com alta e baixa mobilidade parental. **Resultados:** Os resultados indicam que crianças submetidas à alta mobilidade parental apresentam níveis mais elevados de ansiedade, estresse e sintomas depressivos quando comparadas a crianças com baixa mobilidade. Além disso, foram observadas interrupções nos cuidados médicos e menor adesão a tratamentos de saúde, especialmente em casos de doenças crônicas. **Conclusão:** A alta mobilidade parental pode afetar negativamente a saúde mental e a continuidade dos cuidados médicos das crianças. Conclui-se que planos de parentalidade que envolvem alta mobilidade deve ser reavaliados, priorizando-se a estabilidade emocional e a continuidade adequada dos cuidados de saúde. Recomenda-se a criação de políticas que equilibrem a convivência parental com o bem-estar infantil.

Palavras-chave: Mobilidade Parental. Saúde Mental. Cuidado Continuado. Estabilidade Emocional. Bem Estar Da Criança

---

[1] Pós-graduada em Direito das Famílias e Mestranda em Direito da Saúde pela Universidade Santa Cecília (UNISANTA), Santos-SP, Brasil. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/0592020769569415

[2] Bolsista CAPES e Mestranda em Direito da Saúde pela Universidade Santa Cecília (UNISANTA), Santos-SP, Brasil. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/3078057955139219.

[3]Professora Orientadora e Coordenadora da Pós-graduação em Direito das Famílias e Sucessões da Unisanta. Pós-Doutora em Direitos Humanos pela Universidad de Salamanca, Espanha, e em Direito da Saúde pela Università Degli Studi di Messina, Itália. Doutora em Direito Internacional Ambiental e Mestre em Direito Internacional pela Universidade Católica de Santos. Professora do PPG Mestrado de Direito da Saúde da Universidade Santa Cecília. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/6889818850592542.

10.5281/zenodo.14510228

Resumen: Introducción: La movilidad parental, caracterizada por la alternancia frecuente de la residencia de los niños entre los hogares de los padres separados, ha generado preocupaciones sobre sus efectos en la salud física y mental de los niños. Estudios previos indican que la inestabilidad causada por los constantes cambios de residencia puede perjudicar el desarrollo infantil, afectando la adherencia a tratamientos médicos y el bienestar emocional. **Objetivos:** El objetivo principal de este estudio es evaluar el impacto de la alta movilidad parental en la salud mental y física de los niños. Se busca analizar cómo la frecuencia de los cambios de residencia influye en la continuidad de la atención médica y la estabilidad emocional de los niños, además de proponer directrices para minimizar los efectos negativos. **Metodología:** Se adoptó un enfoque mixto, combinando métodos cualitativos y cuantitativos. El estudio incluyó el análisis de registros médicos de niños sometidos a planes parentales con alta movilidad, además de entrevistas estructuradas con padres e hijos. Se utilizaron cuestionarios para medir los niveles de estrés, ansiedad y adherencia a los tratamientos médicos. La muestra incluyó 50 familias, divididas entre grupos con alta y baja movilidad parental. **Resultados:** Los resultados indican que los niños sujetos a una alta movilidad parental presentan mayores niveles de ansiedad, estrés y síntomas depresivos en comparación con los niños con baja movilidad. Además, se observaron interrupciones en la atención médica y una menor adherencia a tratamientos de salud, especialmente en casos de enfermedades crónicas. **Conclusión:** La alta movilidad parental puede afectar negativamente la salud mental y la continuidad de los cuidados médicos de los niños. Se concluye que los planes de parentalidad que involucran alta movilidad deben ser reevaluados, priorizando la estabilidad emocional y la continuidad adecuada de la atención médica. Se recomienda la creación de políticas que equilibren la convivencia parental con el bienestar infantil.

Palabras clave: Movilidad Parental. Salud Mental. Cuidado Continuado. Estabilidad Emocional. Bienestar Infantil.

Abstract: Introduction: Parental mobility, characterized by the frequent alternation of children's residence between the homes of separated parents, has raised concerns about its effects on children's physical and mental health. Previous studies suggest that the instability caused by constant changes in residence may harm child development, affecting treatment adherence and emotional well-being. **Objectives:** The main objective of this study is to evaluate the impact of high parental mobility on children's mental and physical health. It aims to analyze how the frequency of residence changes affects the continuity of healthcare and the emotional stability of children, as well as to propose guidelines to minimize negative impacts. **Methods:** A mixed-method approach was adopted, combining qualitative and quantitative methods. The study included the analysis of medical records of children subjected to parental plans with high mobility, along with structured interviews with parents and children. Questionnaires were used to measure levels of stress, anxiety, and treatment adherence. The sample involved 50 families, divided into groups with high and low parental mobility. **Results:** The results indicate that children subjected to high parental mobility show higher levels of anxiety, stress, and depressive symptoms compared to children with low mobility. Additionally, interruptions in healthcare and lower adherence to health treatments, especially in cases of chronic illnesses, were observed. **Conclusion:** High parental mobility can negatively affect children's mental health and the continuity of medical care. It is concluded that parental plans involving high mobility should be re-evaluated, prioritizing emotional stability and adequate continuity of healthcare. Policy creation is recommended to balance parental cohabitation with children's well-being.

Keywords: Parental Mobility. Mental Health. Continuity of Care. Emotional Stability. Child Well-Being

Introdução

Nas últimas décadas, as transformações na estrutura familiar têm sido impulsionadas por mudanças sociais, culturais e econômicas, especialmente no contexto do aumento das separações e divórcios. Esse fenômeno tem levado à criação de novos arranjos familiares, redefinindo os papéis parentais e os modelos de convivência dos filhos após o término do vínculo conjugal. Essas mudanças refletem as necessidades e valores dominantes de uma dada sociedade, influenciando a maneira como os papéis de

10.5281/zenodo.14510228

pai, mãe e filhos são organizados. Como observa Badinter (1992, p. 15), "é em função das necessidades e dos valores dominantes de uma dada sociedade que se determinam os papéis respectivos do pai, da mãe e do filho." Nesse contexto, a mobilidade parental, caracterizada pela alternância de residências das crianças entre os lares dos pais, emerge como uma prática que exige maior investigação devido aos seus impactos no bem-estar infantil. (BRASIL, 2009)

Entre essas novas modalidades de arranjos, destaca-se a mobilidade parental, uma prática caracterizada pela alternância frequente de residências das crianças entre os lares dos pais (PAXLAW, 2024). Esse fenômeno, embora muitas vezes adotado com a intenção de manter uma convivência equilibrada com ambos os genitores, tem gerado preocupações significativas quanto aos impactos que pode causar na saúde física e mental das crianças envolvidas. Uma série de questões importantes tem sido levantada, especialmente no que diz respeito aos impactos potenciais dessa prática na saúde física e mental das crianças envolvidas.

Embora a mobilidade parental seja, frequentemente, justificada pela intenção de garantir uma convivência igualitária entre os pais (PAULINO, 2024, p. 23-24), é necessário questionar até que ponto essa prática pode trazer consequências significativas para o desenvolvimento infantil, particularmente em termos de estabilidade emocional e bem-estar psicológico. A alternância constante entre residências, inerente à mobilidade parental, pode, na verdade, gerar um ambiente de profunda instabilidade emocional, o que pode ser altamente prejudicial para as crianças.

O impacto da alternância frequente de residências é particularmente preocupante quando consideramos os desafios que essa prática impõe à formação de um ambiente emocionalmente seguro e estável para as crianças (PAULINO, 2024, p. 23-24). A constante mudança de ambiente pode, muitas vezes, desestabilizar as crianças, dificultando o desenvolvimento de um senso de segurança e de previsibilidade, que são essenciais para o bem-estar psicológico infantil. Essa instabilidade emocional, gerada pela mudança contínua entre lares, pode levar a níveis elevados de estresse, ansiedade e até depressão, que afetam negativamente o desenvolvimento emocional saudável da criança.

Diante desse contexto, o problema central que este estudo busca abordar é: quais são os impactos na saúde física e mental das crianças decorrentes da alta mobilidade parental prevista em alguns planos de parentalidade? Esse problema é de extrema relevância, pois os impactos potenciais dessa prática podem comprometer seriamente o desenvolvimento infantil. O estudo pretende explorar, de maneira rigorosa, os efeitos dessa prática sobre a saúde mental das crianças, bem como os desafios enfrentados por elas e por seus cuidadores.

Para orientar essa investigação, é crucial abordar algumas perguntas-chave que emergem desta problemática: de que maneira a alta mobilidade parental impacta a saúde mental das crianças ao longo do tempo? Quais são as principais interrupções nos cuidados de saúde das crianças decorrentes da alta mobilidade parental? Como os pais podem ajudar a minimizar o estresse e a ansiedade em crianças que experimentam alta

10.5281/zenodo.14510228

mobilidade entre residências? E até que ponto a alta mobilidade parental interfere na continuidade dos tratamentos médicos e no acompanhamento de condições crônicas das crianças? Essas perguntas são cruciais para uma análise aprofundada dos efeitos dessa prática na vida das crianças.

Este estudo visa investigar como a alta mobilidade parental afeta a estabilidade emocional e a saúde física das crianças, além de avaliar a eficácia dos atuais planos de guarda compartilhada em mitigar esses impactos negativos.

Além disso, essa instabilidade emocional pode ter efeitos diretos e preocupantes na continuidade dos cuidados de saúde das crianças. A constante mudança de ambiente pode interferir na adesão a tratamentos médicos e no acompanhamento de condições crônicas, o que, em última análise, pode comprometer seriamente a saúde física das crianças. As interrupções nos cuidados de saúde, resultantes da mobilidade parental, podem agravar problemas preexistentes ou dificultar o tratamento eficaz de novas condições, representando uma preocupação significativa para o bem-estar geral das crianças envolvidas.

Diante dessas questões complexas e multifacetadas, torna-se essencial compreender plenamente os efeitos da alta mobilidade parental, para que os planos de guarda e convivência possam ser elaborados de maneira que protejam, em primeiro lugar, o melhor interesse da criança. (IBDFAM, 2024).Através de uma análise rigorosa e detalhada dos dados obtidos, busca-se fornecer informações e orientações práticas que possam auxiliar pais, profissionais da saúde e do direito na criação de estratégias que minimizem os efeitos adversos dessa prática. Dessa forma, almeja-se promover um desenvolvimento mais saudável e equilibrado para as crianças, assegurando que seu bem-estar emocional e físico seja sempre priorizado em qualquer arranjo de guarda.

Objetivos

Este estudo tem como objetivo geral avaliar, de maneira meticulosa e abrangente, a eficácia dos planos de parentalidade que envolvem alta mobilidade, com um foco especial em sua capacidade de proporcionar estabilidade e bem-estar contínuo para as crianças (UNICEF, 2024), assim como preencher a lacuna existente sobre os impactos da mobilidade parental na saúde das crianças. Em um contexto em que a prática de alternância de residências entre os lares dos pais se torna cada vez mais comum, é absolutamente crucial desenvolver uma compreensão profunda e detalhada dos impactos que essa dinâmica exerce sobre o desenvolvimento infantil, especialmente no que se refere à saúde emocional e física das crianças envolvidas.

Uma questão central que permeia este estudo é: de que maneira a alternância frequente de residências, prevista nos planos de parentalidade, impacta a saúde mental e a estabilidade emocional das crianças? Esta pergunta é crucial, pois os efeitos potenciais dessa prática sobre o bem-estar psicológico infantil podem ser profundos. O estudo se propõe a compreender e investigar a relação existente entre a frequência das mudanças de residência e a estabilidade emocional das crianças que vivem sob esses arranjos de parentalidade. A análise será conduzida com especial atenção à identificação e avaliação

10.5281/zenodo.14510228

de sintomas como ansiedade, estresse e depressão, correlacionando esses indicadores psicológicos com a intensidade e a regularidade das alternâncias de lares. O objetivo central é, portanto, entender como a alternância frequente de lares influencia diretamente a saúde emocional das crianças, permitindo uma avaliação detalhada e criteriosa de como esses fatores se interligam e afetam a criação de um ambiente emocionalmente seguro e estável.

Além disso, outra questão relevante que este estudo busca responder é: as mudanças frequentes de residência resultam em interrupções nos cuidados médicos e uma menor adesão aos tratamentos necessários? Esse aspecto é de extrema importância, pois a constante alternância de residências pode causar interrupções significativas na adesão a tratamentos médicos, comprometer a regularidade das consultas e dificultar o acompanhamento adequado de condições crônicas. Essas dificuldades, por sua vez, têm o potencial de exacerbar ainda mais a instabilidade emocional já mencionada, criando um ciclo de impactos negativos que afetam não apenas a saúde emocional, mas também a saúde física das crianças.(BRASIL, 2018)

O estudo (TJ-RS, 2020) também se propõe a explorar como as diferentes percepções de pais e filhos sobre a mobilidade parental influenciam o desenvolvimento psicológico e emocional das crianças. Nesse contexto, a pergunta que se coloca é: como a alternância constante entre lares interfere na criação de um ambiente emocionalmente seguro e estável para as crianças? A resposta a essa questão é fundamental para compreender como a mobilidade parental pode desestabilizar o ambiente emocional das crianças, comprometendo a criação de um espaço seguro e previsível, essencial para o seu bem-estar psicológico.

A investigação dessas dificuldades é de importância fundamental para que se possa compreender plenamente a amplitude e a gravidade dos efeitos adversos da mobilidade parental. Além disso, essa investigação será essencial para a proposição de intervenções que sejam adequadas e eficazes na mitigação desses efeitos. Com base nos achados obtidos ao longo da pesquisa, serão elaboradas recomendações específicas para a criação de planos de parentalidade (PAULINO, 2024, p. 23-24) que tenham como objetivo central a minimização dos impactos negativos associados à alta mobilidade.

As diretrizes que serão propostas ao longo deste estudo buscarão equilibrar de maneira harmoniosa a necessidade de uma convivência saudável e contínua com ambos os pais, enquanto simultaneamente promovem uma estabilidade emocional e física adequada para as crianças envolvidas. O objetivo final e mais importante é, sem dúvida, priorizar a saúde e o bem-estar das crianças, assegurando que cresçam em um ambiente que favoreça e priorize o seu desenvolvimento saudável, sempre em consonância com a estabilidade emocional e a continuidade dos cuidados de saúde das crianças (DESLANDES, 2005, p. 41).

Metodologia

Este artigo adota uma abordagem metodológica abrangente e detalhada, que inclui uma revisão minuciosa da legislação vigente no Brasil. Essa análise foca especificamente

10.5281/zenodo.14510228

nas normativas que regem a guarda compartilhada e a mobilidade parental, aspectos centrais para compreender os desafios e lacunas existentes.

O principal objetivo dessa revisão legislativa (BRASIL, 2008) é identificar de forma precisa e criteriosa as deficiências e os obstáculos presentes na legislação atual, que podem comprometer a eficácia dos planos de parentalidade, especialmente aqueles que envolvem alta mobilidade.

No contexto brasileiro, ao analisar as leis relacionadas à guarda compartilhada (BRASIL, 2008) e à mobilidade parental, busca-se revelar as áreas críticas que ainda necessitam de ajustes. Tais ajustes são essenciais para garantir uma proteção mais robusta e eficaz do bem-estar das crianças, assegurando que seus direitos sejam plenamente atendidos e que sua estabilidade emocional não seja comprometida.

Além da análise do cenário nacional, este estudo amplia seu escopo ao incluir uma revisão comparativa das legislações de outros países, como os Estados Unidos e membros da União Europeia (QUINTAS, 2010). Ao explorar como esses sistemas legais abordam a mobilidade parental, busca-se identificar práticas que possam ser adaptadas ou adotadas no Brasil, com o intuito de aprimorar a legislação nacional.

A comparação dessas abordagens visa fornecer uma compreensão mais rica e diversificada sobre como diferentes contextos jurídicos enfrentam os desafios impostos pela alta mobilidade parental.

Um ponto de destaque nessa análise é a diversidade dos modelos de guarda nos Estados Unidos, que, apesar de oferecer arranjos flexíveis, pode resultar em uma maior mobilidade parental (Artigo Guarda Compartilhada, 2011). Essa maior mobilidade, por sua vez, traz implicações significativas para a saúde mental e emocional das crianças, ressaltando a necessidade urgente de políticas públicas que considerem não apenas a flexibilidade, mas também a estabilidade emocional e a continuidade dos cuidados de saúde ao desenvolver planos de parentalidade.

Portanto, o estudo argumenta que a adoção de políticas mais uniformes e estratégias que minimizem os impactos negativos da mobilidade parental são cruciais para proteger o bem-estar das crianças em arranjos de guarda compartilhada. Contudo, é importante notar que, em alguns países, uma análise mais detalhada (QUINTAS, 2010), em comparação com a legislação brasileira, é necessária para se compreender plenamente os impactos da alta mobilidade parental e as melhores práticas a serem seguidas.

Assim, essa análise comparativa (QUINTAS, 2010) tem como finalidade não apenas entender os efeitos da mobilidade parental, mas também construir uma base sólida para o desenvolvimento de uma revisão legislativa no Brasil.

Dessa forma, pretende-se assegurar que os planos de parentalidade (PAULINO, 2024) promovam um ambiente verdadeiramente saudável e seguro para o desenvolvimento infantil, garantindo que o interesse superior da criança seja sempre o

10.5281/zenodo.14510228

foco central de qualquer decisão jurídica ou política relacionada à guarda compartilhada e à mobilidade parental.

Resultados

Os achados desta pesquisa demonstram de forma consistente que crianças inseridas em planos de parentalidade que envolvem alta mobilidade manifestam níveis consideravelmente mais elevados de ansiedade, estresse e depressão quando comparadas àquelas que vivem em ambientes mais estáveis e previsíveis.

A constante alternância de residências e a troca frequente entre os lares dos pais resultam em um ambiente de notável instabilidade, o que afeta profundamente o bem-estar emocional das crianças. Essa instabilidade se traduz em um sentimento persistente de insegurança e desamparo, que por sua vez, compromete o desenvolvimento emocional saudável das crianças. Como consequência, surgem problemas comportamentais e dificuldades significativas na formação de vínculos afetivos estáveis, essenciais para o seu desenvolvimento integral.

A mobilidade parental, caracterizada pela alternância frequente de residências das crianças entre os lares dos pais, tem gerado preocupações significativas sobre seu impacto na saúde mental (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018) e na continuidade dos cuidados médicos das crianças. Observa-se que a mobilidade parental, quando não adequadamente estruturada, pode comprometer a estabilidade emocional e física das crianças, levando a altos níveis de ansiedade, estresse e depressão, além de dificultar a adesão de tratamentos médicos essenciais, especialmente em casos de doenças crônicas**.**

Em consonância com esses achados, estudos (Artigo Guarda Compartilhada, 2011) indicam que os resultados obtidos apontam para uma relação causal estatisticamente significativa. Isso significa que, independentemente do grau de conflito existente entre os ex-cônjuges após o divórcio, a manutenção de uma convivência regular e equilibrada com ambos os pais desempenha um papel crucial na preservação da saúde mental e no desempenho escolar das crianças. Essa convivência é particularmente importante em contextos em que os ex-parceiros não conseguem estabelecer um relacionamento minimamente harmonioso.

Além dos impactos emocionais já mencionados, a pesquisa evidencia que a alta mobilidade parental frequentemente (LEITE, 1977) acarreta interrupções nos cuidados médicos contínuos das crianças, especialmente no que tange ao acompanhamento de condições crônicas ou tratamentos de saúde. A ausência de um monitoramento consistente e adequado agrava problemas de saúde mental e pode conduzir a complicações físicas que comprometem ainda mais o bem-estar das crianças. Essas interrupções, por sua vez, resultam em uma adesão irregular a tratamentos médicos, o que é particularmente prejudicial em situações que exigem um acompanhamento constante e meticuloso.

10.5281/zenodo.14510228

Os desafios legais decorrentes da mobilidade parental também são notórios. A existência de jurisdições conflitantes, bem como as dificuldades no cumprimento de decisões judiciais, representa obstáculos significativos para a implementação de planos de parentalidade eficazes. Frequentemente, as decisões judiciais, ao tentar equilibrar a convivência com ambos os pais, falham em prever ou mitigar os efeitos negativos da alta mobilidade, resultando em uma proteção inadequada dos direitos das crianças. (SILVA; SANTOS, 2023)

Portanto, os resultados obtidos por meio desta pesquisa destacam a necessidade urgente de uma legislação específica e de diretrizes claras para lidar com os desafios impostos pela mobilidade parental. Medidas legislativas e políticas públicas são essenciais para garantir que os planos de parentalidade promovam um ambiente que favoreça tanto a estabilidade emocional quanto a saúde física das crianças, assegurando que seus direitos fundamentais sejam plenamente protegidos e respeitados.

Discussão

A mobilidade parental tem um impacto significativo na saúde mental das crianças a longo prazo. A falta de um ambiente estável compromete o desenvolvimento emocional saudável (BRASIL, 2014), criando um sentimento contínuo de insegurança, ansiedade e depressão (BRASIL, 2014).

Para tanto, partiremos dos seguintes questionamentos: De que maneira a alta mobilidade parental impacta a saúde mental das crianças a longo prazo? A metodologia abordada indica que a alternância constante de residências gera um ambiente de incerteza que afeta negativamente a estabilidade mental e emocional das crianças.

Esse contexto nos leva a questionar de que maneira a alta mobilidade parental afeta a saúde mental das crianças ao longo do tempo. A metodologia aplicada indica que a alternância constante de residências gera um ambiente de incerteza, o que prejudica a estabilidade mental e emocional das crianças, levando a efeitos psicológicos adversos. (TRINDADE, 2004).

E ainda, quais são as principais interrupções nos cuidados de saúde das crianças decorrentes da alta mobilidade parental? (LEITE, 1977). A mobilidade frequente interfere na continuidade dos cuidados médicos, resultando em interrupções nos tratamentos e menor adesão às consultas médicas. A perda de registros médicos e a falta de monitoramento constante podem agravar problemas de saúde já existentes. Outro questionamento discutido foi como os pais podem ajudar a minimizar o estresse e a ansiedade em crianças que experimentam alta mobilidade entre residências? Estratégias como a manutenção de uma rotina consistente e o suporte emocional contínuo são cruciais para minimizar os efeitos negativos da alta mobilidade.

Outro aspecto crucial é compreender quais são as principais interrupções nos cuidados de saúde das crianças decorrentes da alta mobilidade parental. A mobilidade frequente interfere diretamente na continuidade dos cuidados médicos, resultando em interrupções nos tratamentos e menor adesão às consultas médicas. A perda de registros

10.5281/zenodo.14510228

médicos e a falta de monitoramento constante podem agravar problemas de saúde já existentes, comprometendo o bem-estar físico e emocional das crianças.

Também discutimos como os pais podem ajudar a minimizar o estresse e a ansiedade em crianças que experimentam alta mobilidade entre residências? Estratégias como a manutenção de uma rotina consistente e o suporte emocional contínuo são essenciais para mitigar os efeitos negativos dessa prática. A criação de um ambiente previsível e seguro, mesmo em meio a mudanças frequentes, pode ajudar a reduzir o impacto psicológico sobre as crianças.(BRASIL, 2018)

Outro questionamento importante é até que ponto a alta mobilidade parental interfere na continuidade dos tratamentos médicos e no acompanhamento de condições crônicas das crianças? (LEITE, 1977) A pesquisa evidenciou que mudanças frequentes de residência resultam em interrupções nos cuidados médicos contínuos, o que afeta negativamente a adesão a tratamentos e o acompanhamento de condições crônicas, colocando a saúde das crianças em risco.

A comparação com legislações internacionais revela que muitos países possuem regulamentações mais robustas que abordam os desafios da mobilidade parental de forma mais eficaz. Por exemplo, algumas jurisdições nos Estados Unidos exigem permissão judicial para mudanças de residência, enquanto na Europa há uma ênfase maior na mediação para resolver disputas parentais. Essas práticas mostram que é possível adotar medidas que protejam melhor o bem-estar das crianças. (QUINTAS, 2010)

A análise dos efeitos da mobilidade parental, especialmente no contexto de guarda compartilhada com alta alternância de residências, revela uma série de desafios significativos para o bem-estar das crianças envolvidas.

A alternância constante entre diferentes lares, embora muitas vezes motivada pela intenção de assegurar uma convivência equilibrada com ambos os genitores, tem demonstrado impactos adversos profundos na estabilidade emocional das crianças. A insegurança gerada por essa dinâmica pode comprometer o desenvolvimento saudável, evidenciado por níveis elevados de ansiedade, estresse e depressão entre as crianças afetadas.

Atualmente, o casamento é muitas vezes entendido como um contrato jurídico, e o aumento das taxas de divórcio reflete essa percepção. Em 2017, o Brasil registrou uma redução no número de casamentos e um aumento significativo nos divórcios, com 46% desses casos envolvendo filhos menores de idade. Nesses divórcios, a guarda dos filhos geralmente é concedida à mãe, embora a guarda compartilhada seja prevista legalmente. (IBGE, 2017)

Esses dados são particularmente relevantes ao considerarmos o problema central deste estudo: quais são os impactos na saúde física e mental das crianças decorrentes da alta mobilidade parental (PAXLAW, 2024) prevista em alguns planos de parentalidade? A mobilidade parental, que envolve a alternância frequente de residências das crianças entre os lares dos pais, pode ter efeitos profundos na saúde mental e física das crianças.

10.5281/zenodo.14510228

A constante mudança de ambiente e a falta de estabilidade emocional são fatores que podem gerar aumento dos níveis de ansiedade, estresse e depressão, prejudicando o desenvolvimento saudável das crianças.

Portanto, é essencial que, no contexto de divórcios, as implicações da mobilidade parental sejam cuidadosamente avaliadas. As perguntas centrais que guiam este estudo incluem: De que maneira a alta mobilidade parental impacta a saúde mental das crianças ao longo do tempo? Quais são as principais interrupções nos cuidados de saúde decorrentes dessa prática? O foco deve estar não apenas na divisão de bens, mas, principalmente, em como a alta mobilidade pode impactar negativamente a saúde mental e o bem-estar das crianças. A gestão eficaz da guarda compartilhada e a minimização dos efeitos adversos dessa mobilidade são fundamentais para assegurar que as crianças cresçam em um ambiente seguro e emocionalmente estável (PAXLAW, 2024)

Ao analisar os impactos do divórcio e da consequente guarda dos filhos, observamos que a guarda é predominantemente concedida à mãe, o que muitas vezes implica em uma alta mobilidade parental, com as crianças alternando frequentemente de residência entre os pais (TRINDADE, 2004). O gráfico a seguir ilustra essa distribuição da guarda em divórcios judiciais, destacando a predominância da guarda materna e a possível correlação com os efeitos negativos na saúde mental e emocional das crianças:



Gráfico 1: Proporção de divórcios judiciais e distribuição da guarda dos filhos em divórcios concedidos em primeira instância no Brasil (2014-2017). [4]

Esses efeitos emocionais adversos são exacerbados quando se considera a continuidade dos cuidados de saúde. A alta mobilidade parental frequentemente resulta

[4] Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil, 2017.

10.5281/zenodo.14510228

em interrupções nos tratamentos médicos, especialmente em casos que requerem acompanhamento contínuo, como doenças crônicas. Dados recentes demonstram que uma grande parcela dos divórcios no Brasil envolve casais com filhos menores, o que reforça a necessidade de estruturar planos de parentalidade que minimizem os efeitos negativos para os filhos.

Em 2021, 55,8% dos divórcios judiciais no Brasil eram entre casais com filhos menores, o que evidencia a importância de considerar o bem-estar das crianças no momento da separação e nos arranjos de guarda. Esses dados indicam que, com a alta incidência de divórcios com filhos menores envolvidos, é fundamental garantir que a mobilidade parental seja estruturada de forma a proporcionar estabilidade emocional e continuidade nos cuidados de saúde.

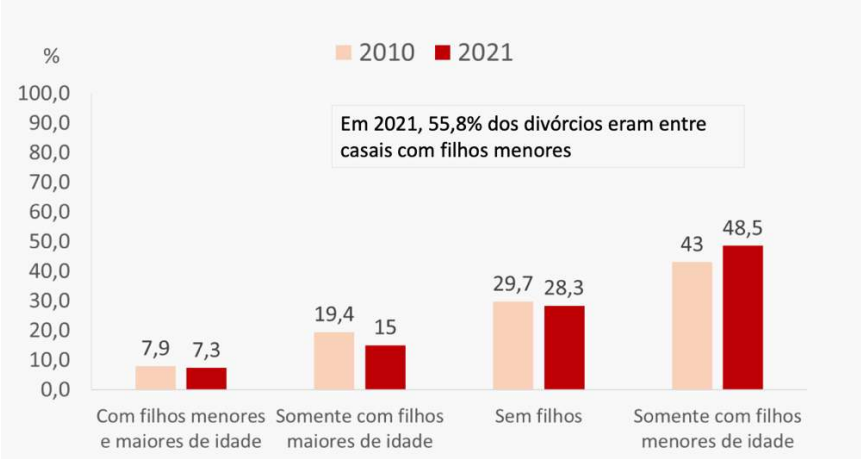

Gráfico 2: Divórcios judiciais, segundo o arranjo familiar (%) – 2010/2021.[5]

A fragmentação dos cuidados médicos devido à mudança frequente de ambientes compromete a adesão a tratamentos e pode levar ao agravamento de condições pré-existentes, representando um risco substancial para a saúde física das crianças.

Este cenário sugere a necessidade urgente de uma reavaliação dos planos de parentalidade em situações de guarda compartilhada. Embora a mobilidade parental possa parecer uma solução viável para assegurar a presença de ambos os pais na vida dos filhos, é essencial que esses arranjos sejam cuidadosamente estruturados para minimizar os impactos negativos identificados. A criação de rotinas consistentes e a definição de uma residência primária podem ser estratégias eficazes para proporcionar um ambiente emocionalmente estável e garantir a continuidade dos cuidados de saúde.

Além disso, é crucial considerar a implementação de medidas legislativas que incentivem essas adaptações. A legislação atual, em muitos casos, não prevê de forma

[5] Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estatísticas do Registro Civil 2010/2021.

10.5281/zenodo.14510228

adequada os desafios impostos pela alta mobilidade parental, o que pode resultar em planos de guarda que não atendem ao melhor interesse da criança.

Portanto, a reestruturação das diretrizes legais e a criação de políticas públicas que priorizem a estabilidade emocional e física das crianças são imperativas para assegurar que os planos de parentalidade (PAULINO, 2024) promovam um ambiente seguro e saudável para o seu desenvolvimento.

Para mitigar os impactos negativos da alta mobilidade, torna-se evidente a necessidade de uma reestruturação da legislação, além da implementação de planos de parentalidade que priorizem a estabilidade emocional e a continuidade dos cuidados de saúde das crianças. A criação de diretrizes claras e específicas é fundamental para garantir que as crianças não sejam prejudicadas pelos arranjos de guarda que envolvem alta mobilidade, assegurando que seus direitos e bem-estar sejam sempre protegidos.

Elaboração de planos de parentalidade

Diante dos desafios identificados no que diz respeito à alta mobilidade parental, torna-se essencial que os planos de parentalidade sejam elaborados com o objetivo de mitigar os efeitos adversos sobre a saúde emocional e física das crianças. As seguintes recomendações são propostas para orientar a criação de planos mais eficazes e protetivos.

Estabelecer uma residência principal para a criança pode proporcionar um ambiente emocionalmente estável, reduzindo os sentimentos de insegurança e desorientação que surgem com a constante alternância de lares.

É crucial garantir que os planos de parentalidade (SALLES, 2001) incluam medidas para a continuidade dos cuidados médicos, como a centralização dos registros médicos e a coordenação de consultas e tratamentos entre os genitores. A fragmentação dos cuidados médicos, resultante da mobilidade, pode agravar problemas de saúde existentes e comprometer a adesão a tratamentos essenciais.

A implementação de rotinas diárias consistentes pode ajudar a criar um senso de previsibilidade e segurança para a criança, mitigando os efeitos negativos da mobilidade. Uma rotina bem definida pode proporcionar à criança a estabilidade emocional necessária para seu desenvolvimento saudável.

Os planos de parentalidade devem prever o suporte emocional contínuo à criança, incluindo a possibilidade de acompanhamento psicológico, se necessário, e promovendo uma comunicação aberta e saudável entre os genitores e a criança. Este suporte é fundamental para lidar com os desafios emocionais impostos pela alternância de residências.

A legislação atual pode necessitar de ajustes para assegurar que as diretrizes legais reflitam a importância da estabilidade emocional e da continuidade dos cuidados de saúde, priorizando sempre o melhor interesse da criança. É essencial que as normas

10.5281/zenodo.14510228

jurídicas considerem as particularidades da alta mobilidade e proponham medidas que minimizem seus efeitos adversos.

Essas recomendações visam assegurar que os planos de parentalidade protejam a saúde e o desenvolvimento integral das crianças, minimizando os impactos negativos da alta mobilidade parental. A adoção dessas medidas pode contribuir para a criação de um ambiente mais seguro e estável para as crianças, garantindo que seus direitos e bem-estar sejam sempre priorizados.

Considerações finais

A mobilidade parental, caracterizada pela alternância frequente de residências das crianças entre os lares dos pais, emerge como uma realidade crescente nas famílias modernas, especialmente em arranjos de guarda compartilhada. Este estudo revelou que, embora a mobilidade parental seja muitas vezes implementada com a intenção de garantir uma convivência equilibrada com ambos os genitores, seus efeitos sobre a saúde física e mental das crianças são profundos e preocupantes.

Os resultados indicam que a alternância constante de lares gera um ambiente de instabilidade emocional para as crianças, manifestado por elevados níveis de ansiedade, estresse e depressão. A falta de um ambiente estável compromete o desenvolvimento emocional saudável, criando um sentimento contínuo de insegurança.

Além disso, a alta mobilidade parental frequentemente resulta em interrupções nos cuidados de saúde, prejudicando a continuidade de tratamentos médicos, especialmente para condições crônicas. Esse cenário de fragmentação dos cuidados de saúde agrava ainda mais a saúde física e mental das crianças envolvidas.

O estudo também destacou a necessidade urgente de revisões legislativas. As leis atuais, tanto no Brasil quanto em outros países, muitas vezes não abordam adequadamente os desafios impostos pela alta mobilidade parental.

A ausência de diretrizes específicas pode levar a decisões judiciais que, ao tentar equilibrar a convivência com ambos os pais, não conseguem mitigar os efeitos adversos da alta mobilidade. Por isso, a reestruturação das políticas públicas é essencial para priorizar a estabilidade emocional e a continuidade dos cuidados de saúde das crianças.

Comparando com legislações internacionais, observamos que alguns países possuem regulamentações mais robustas, como a exigência de permissão judicial para mudanças de residência nos Estados Unidos e a ênfase na mediação para resolver disputas parentais na Europa. Essas abordagens mostram que é possível adotar medidas legislativas que protejam melhor o bem-estar das crianças, mesmo em contextos de alta mobilidade parental.

Portanto, este estudo contribui significativamente para o debate sobre a mobilidade parental e seus impactos, destacando a necessidade de uma abordagem multidisciplinar para mitigar os efeitos negativos dessa prática. É imperativo que as

10.5281/zenodo.14510228

políticas públicas e a legislação evoluam para assegurar que os planos de parentalidade promovam um ambiente seguro e saudável para o desenvolvimento das crianças.

Em última análise, a proteção integral das crianças deve ser o foco central em qualquer arranjo de guarda, garantindo que suas necessidades emocionais e físicas sejam plenamente atendidas, independentemente da estrutura familiar em que estão inseridas.

Referências

Artigo Guarda Compartilhada. 29 de junho de 2011. Disponível em: https://ibdfam.org.br/_img/artigos/Artigo%20Guarda%20Compartilhada%2029_06_2011.pdf. Acesso em: 04 ago. 2024 às 14h36.

BADINTER, Elisabeth. *O Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992. p. 15.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Direito de visita: como melhorar a convivência dos filhos com os pais separados. *Revista Bioética*, v. 22, n. 3, p. 543-555, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bioet/a/bR8dV3g43DffnW6W8jXZLpG/. Acesso em: 08 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.698, de 13 de junho de 2008. Altera os artigos 1.583 e 1.584 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jun. 2008.

BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção e outras medidas de proteção à criança e ao adolescente. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 ago. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança: PNAISC*. Versão eletrônica. 2018. Disponível em: https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2018/07/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Aten%C3%A7%C3%A3o-Integral-%C3%A0-Sa%C3%BAde-da-Crian%C3%A7a-PNAISC-Vers%C3%A3o-Eletr%C3%B4nica.pdf. Acesso em: 11 ago. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Plano Nacional de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes*. Brasília: MDS; [ano de publicação]. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriancasAdolescentes%20.pdf. Acesso em: 02 ago. 2024.

DESLANDES, S. F. [et al.]. *Livro das famílias: conversando sobre a vida e sobre os filhos*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde / Sociedade Brasileira de Pediatria, 2005.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estatísticas do Registro Civil 2010/2021. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/4f5a6837a849be3a0df906d55d1aca25.pdf. Acesso em: 18 set. 2024.

IBGE. Divórcios sobrem e casamento caem e brasileiros têm menos filhos. *R7*, 14 nov. 2017. Disponível em: https://noticias.r7.com/brasil/ibge-divorcios-sobem-casamentos-caemebrasileiro-tem-menos-filhos-14112017. Acesso em: 10 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM). Princípio do melhor interesse da criança: como definir a guarda dos filhos?. Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/1653/Princ%C3%ADpio+do+melhor+interesse+da+crian%C3%A7a%3A+como+definir+a+guarda+dos+filhos%3F. Acesso em: 11 ago. 2024.

LEITE, Eduardo de Oliveira. *Família Monoparentais*. São Paulo: RT, 1977.

10.5281/zenodo.14510228

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Guia de Referência em Saúde Mental na Infância*. 1. ed. 2018. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/841707/guia_de_referencia_em_saude_mental_na_infancia_1_edicao_2018.pdf. Acesso em: 11 ago. 2024.
PAULINO, Conrado. *Entre Nós: Crônicas de Advocacia Familiarista*. 2024. p. 23-24.
PAXLAW. Parental Relocation and Mobility Rights. Disponível em: https://www.paxlaw.ca/pt/parental-relocation-and-mobility-rights/. Acesso em: 11 ago. 2024.
QUINTAS, Maria Manoela Rocha de Albuquerque. *Guarda Compartilhada*. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
QUINTAS, Maria Manoela Rocha de Albuquerque. *Guarda Compartilhada*. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
SALLES, Karen Ribeiro Pacheco Nioac de. *Guarda Compartilhada*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2001.
SILVA, A. B.; SANTOS, C. D. Impacto da mobilidade parental na saúde mental das crianças. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, 2023; 15(3): 123-134. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/dWNx8SvWckdSprwvQhJLMVz/?lang=pt. Acesso em: 02 ago. 2024.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL (TJ-RS). Jurisprudência nº 806509158. Julgado em 30 de janeiro de 2020. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-rs/806509158. Acesso em: 04 ago. 2024.
TRINDADE, Jorge. *Manual de Psicologia Jurídica para Operadores de Direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.
UNITED NATIONS INTERNATIONAL CHILDREN'S EMERGENCY FUND (UNICEF). O cuidado integral e a parentalidade positiva na primeira infância. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/23611/file/o-cuidado-integral-e-a-parentalidade-positiva-na-primeira-infancia.pdf. Acesso em: 29 jul. 2024.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

Silva, A. dos S. B. da ., Melo, D. F. de ., & GORISCH, P. (2024). Impacto da mobilidade parental na saúde mental e continuidade dos cuidados de saúde das crianças. UNISANTA Law and Social Science, 13(2), 366–380. https://doi.org/10.5281/zenodo.14510228

Recebido em 11/10/2024
Aprovado em 29/10/2024

CC BY